

A REDE DE DOMINAÇÃO

*Análises Anarquistas das Instituições,
Estruturas e Sistemas de Dominação e
Exploração para serem Debatidas,
Desenvolvidas e Postas em Prática*

Wolfi Landstreicher

INTRODUÇÃO

Os seguintes ensaios analisam algumas das várias instituições, estruturas, sistemas e relações de dominação e exploração que definem a nossa existência atual. Estes ensaios não pretendem ser 100% abrangentes, nem respostas finais, mas serem parte de uma discussão que, espero, decorra em meios anarquistas, com o objetivo de desenvolver uma exploração teórica especificamente anarquista da realidade que enfrentamos. Grande parte da análise que atualmente decorre em círculos anarquistas está dependente de categorias e conceitos marxistas ou pós-modernistas.

De fato, estes podem ser úteis, mas simplesmente aceitá-los a priori, sem examinar a realidade social segundo o nosso próprio projeto revolucionário especificamente anarquista, indica certa preguiça intelectual. Portanto, espero que possamos começar a discutir e a examinar o mundo em termos dos nossos próprios projetos, sonhos e desejos, certamente que abarcando todas as análises que consideremos úteis, mas de modo a criar o nosso próprio projeto revolucionário teórico e prático.

O PODER DO ESTADO

Não é raro, hoje em dia, mesmo em meios anarquistas, ouvir descrever o estado como um mero servo das multinacionais, do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições econômicas mundiais. Segundo esta perspectiva, o estado é mais um mero coordenador das instituições de controlo social, através das quais os dirigentes económicos das corporações mantêm o seu poder, do que o detentor e árbitro do poder. Posto isto, é possível tirar conclusões que são bastante danosas para o desenvolvimento de um projeto revolucionário anarquista. Se o estado é meramente uma estrutura política de manutenção da estabilidade, que está atualmente ao serviço dos grandes poderes económicos, e não um poder em si mesmo, com os seus próprios interesses, que se mantém através de dominação e repressão, então ele pode ser democraticamente reformado, tornado numa oposição institucional ao poder das multinacionais. Seria simplesmente uma questão de “o Povo” se tornar um contra-poder e tomar o controlo do estado. Tal pensamento parece assentar na absurda ideia de certos anticapitalistas contemporâneos de que deveríamos apoiar os interesses dos estados-nação contra as instituições económicas internacionais.

É necessária uma melhor compreensão do estado, de modo a contrariar esta tendência.

O estado não poderia existir se a nossa capacidade de determinarmos as condições da nossa própria existência como indivíduos, em livre associação com outras, não nos tivesse sido retirada. Esta espoliação é a alienação social fundamental, a qual providencia a base para toda a dominação e exploração. Pode dizer-se que esta alienação data do aparecimento da propriedade (digo propriedade como tal, e não apenas propriedade privada, porque desde muito cedo que grande parte da propriedade era institucional – pertencente ao estado). A propriedade pode ser definida como a reivindicação exclusiva, por parte de certos indivíduos e instituições, de ferramentas, espaços e materiais necessários à existência, tornando-os inacessíveis a outros. Esta reivindicação é feita cumprir através de violência explícita ou implícita. Já sem a liberdade para agarrar o que é necessário para criar as suas vidas, os espoliados são forçados a se adaptar às condições determinadas pelas auto-proclamadas detentoras da propriedade de modo a manterem a sua existência, que assim se torna uma existência na servidão. O

estado é a institucionalização deste processo, que transforma a alienação da capacidade dos indivíduos de determinarem as condições da sua existência na acumulação de poder nas mãos de uns quantos.

É fútil e desnecessário tentar determinar se foi a acumulação de poder ou a acumulação de riqueza que teve prioridade quando a propriedade e o estado nasceram. Hoje é certo que elas estão completamente integradas. Parece provável que o estado tenha sido a primeira instituição a acumular propriedade para criar um excedente sob o seu controlo, um excedente que lhe dava poder real sobre as condições sociais sob as quais as suas súbditas tinham de existir.

Este excedente permitiu-lhe desenvolver as várias instituições através das quais impôs o seu poder: instituições militares, instituições religiosas/ideológicas, instituições burocráticas, instituições policiais e por aí fora. Assim, o estado, desde a sua origem, pode ser visto como um capitalista por si só, com os seus próprios interesses económicos específicos que servem, precisamente, para conservar o seu poder sobre as condições de existência social.

Tal como qualquer capitalista, o estado fornece um serviço específico por um preço. Ou, mais corretamente, o estado fornece dois serviços integralmente relacionados: proteção da propriedade e paz social. Oferece proteção à propriedade privada através de um sistema de leis que a definem e limitam e através da força de armas pelas quais estas leis são impostas. De fato, pode-se dizer que a propriedade privada apenas existe realmente quando as instituições do estado estão lá para a proteger daquelas que iriam simplesmente pegar naquilo que quisessem – sem esta proteção institucional, existe apenas o conflito de interesses individuais. É por isto que Stirner descrevia a propriedade privada como uma forma de propriedade social ou estatal mantida, com desprezo, por entidades únicas. O estado protege também os “bens comuns” de invasores externos e daquilo que o estado determina ser abuso por parte dos seus súbditos através da lei e da força armada. Como único protetor de toda a propriedade no interior das suas fronteiras – um papel sustentado pelo monopólio da violência por parte do estado – ele estabelece um completo controlo sobre toda essa propriedade (consoante, obviamente, a sua capacidade real de exercer esse controlo). Assim, o custo desta proteção consiste não só nos impostos e em várias formas de serviço compulsivo, mas também na resignação aos papéis necessários ao aparato social que mantém o estado e na aceitação, na

melhor das hipóteses, de uma relação de vassalagem ao estado, que pode reclamar qualquer propriedade ou vedar qualquer espaço comum “em nome do interesse público”, em qualquer altura. A existência de propriedade requer que o estado a proteja e a existência do estado mantém a propriedade, mas sempre, em último caso, como propriedade estatal, independentemente do quão “privada” ela supostamente é. A violência implícita da lei e a violência explícita do exército e da polícia, através das quais o estado protege a propriedade, são os mesmos meios pelos quais ele mantém a paz social. A violência pela qual as pessoas são espoliadas da sua capacidade de criar a vida à sua maneira é nada mais do que guerra social, que se manifesta diariamente na normalmente gradual (mas, por vezes, tão rápida como uma bala policial) matança daqueles que são explorados, excluídos e marginalizados pela ordem social. Quando as pessoas sob ataque começam a reconhecer o seu inimigo, frequentemente agem para contra-atacar. A tarefa do estado de manutenção da paz social é, portanto, um ato de guerra social das governantas contra as governadas – a supressão e prevenção de qualquer contra-ataque. A violência daqueles que governam contra quem é por eles governado é inerente à paz social. Mas uma paz social baseada unicamente na força bruta é sempre precária. O estado necessita de implantar nas cabeças das pessoas a ideia de que elas dependem da existência continuada do estado e na ordem social que este mantém. Isto pode acontecer como no antigo Egito, onde a propaganda religiosa que mantinha a divindade do Faraó justificava a extorsão através da qual este tomava posse de todo o grão excedente, tornando a população totalmente dependente da sua boa vontade em tempos de fome. Ou pode tomar a forma de instituições de participação democrática, as quais geram um tipo de chantagem mais subtil, na qual somos obrigados a participar se nos quisermos queixar, mas na qual somos igualmente obrigadas a aceitar “a vontade do povo” se nela participarmos. Mas, por detrás destas formas de chantagem, sejam elas subtis ou escandalosas, as armas, as prisões, os soldados e as polícias estão sempre presentes, e esta é a essência do estado e da paz social. O resto é só fachada.

Embora o estado possa ser visto como capitalista (no sentido de que acumulou poder através da acumulação de riqueza excedente ao longo de um processo dialético), o capitalismo como o conhecemos, com as suas instituições económicas “privadas”, é um desenvolvimento relativamente recente, que tem as suas origens no começo da era

moderna. Este desenvolvimento tem, certamente, gerado mudanças significativas na dinâmica do poder, dado que uma porção significativa da classe dominante é agora não diretamente parte do aparelho do estado, exceto como cidadãos, tal como todos aqueles que eles exploram. Mas estas mudanças não significam que o estado tenha sido subjugado às várias instituições econômicas globais, ou que se tenha tornado secundário relativamente ao funcionamento do poder.

Se o estado é, ele mesmo, um capitalista, com os seus próprios interesses econômicos por perseguir e conservar, então a razão de tanto esforço para manter o capitalismo não é porque tenha sido subordinado a outras instituições capitalistas, mas porque, para manter o seu poder, ele deve conservar a sua força econômica, como um capitalista entre capitalistas. Estados mais fracos acabam por ser subjugados por interesses econômicos globais pela mesma razão que são empresas mais pequenas, porque eles não têm a força para manter os seus próprios interesses. Os grandes estados têm, no mínimo, um papel significativo na determinação de políticas econômicas globais, tal como as grandes companhias. São, na verdade, as armas do estado que vão impor estas políticas. O poder do estado reside no seu monopólio legal e institucional da violência. Isto dá ao estado um poder material bastante concreto, do qual as instituições globais dependem.

Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional não só incluem delegados de todos os maiores poderes estatais em todos os processos de tomada de decisão; elas dependem também da força militar dos estados mais poderosos para impor as suas políticas, a ameaça de violência física que tem de estar sempre por detrás da extorsão econômica, se quiser funcionar. Com o poder real da violência em suas mãos, os grandes estados dificilmente funcionarão como meros servos das instituições econômicas globais, pelo contrário, de um modo tipicamente capitalista, a sua relação é de extorsão mútua para benefício de toda a classe dominante.

Além do seu monopólio da violência, o estado também controla muitas das redes e instituições necessárias ao comércio e à produção. Sistemas de autoestradas, sistemas de caminhos de ferro, portos, aeroportos, sistemas de satélite e de fibras ópticas, necessários às comunicações e às redes de informação são, geralmente, geridas pelo estado e sempre sujeitas ao seu controlo. A investigação científica e tecnológica, necessária para novos desenvolvimentos na produção, está amplamente

dependente das infraestruturas universitárias e militares geridas pelo estado. Assim, o poder das corporações depende do poder do estado para se manter a si mesmo. Não é uma questão de subjugação de um tipo de poder por outro, mas o desenvolvimento de um sistema integrado de poder que se manifesta como uma “hydra” de duas cabeças, o capital e o estado, um sistema que funciona como um todo para garantir a dominação e a exploração, as condições impostas pela classe dominante para a manutenção da nossa existência.

Neste contexto, instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial são melhor compreendidas como sendo meios através dos quais os vários poderes estatais e corporativos coordenam as suas atividades, com o intuito de manter a união da dominação sobre as classes exploradas, no seio da competição de interesses econômicos e políticos. Assim, o estado não serve estas instituições, mas sim estas instituições servem os interesses dos estados e capitalistas mais poderosos. Deste modo, não é possível, para aqueles de nós que procuramos a destruição da ordem social, jogarmos ao “estado-nação contra as capitalistas”, e ganharmos algo com isso. O seu interesse último é o mesmo, o de conservar a ordem atual das coisas. Da nossa parte, é necessário atacarmos o estado e o capitalismo com todas as nossas forças, reconhecendo-os como a “hydra” de duas cabeças da dominação e exploração que devemos destruir se quisermos, um dia, recuperar a nossa capacidade de criarmos as condições da nossa existência.

O PREÇO DA SOBREVIVÊNCIA

Tudo tem um preço, a medição do seu valor enquanto quantidade determinada em termos de um equivalente geral.

Nada tem valor em si mesmo. Todo o valor é determinado em relação ao mercado – e isto inclui o valor das nossas vidas, de nós próprios. As nossas vidas foram divididas em unidades de tempo medido que somos coagidos a vender, de modo a comprar de volta a nossa sobrevivência, sob a forma de pequenos pedaços das vidas roubadas de outros que a produção transformou em mercadorias vendíveis. Esta é a realidade econômica. Esta horrenda alienação tem a sua base no entrelaçar de 3 das mais fundamentais instituições desta sociedade: propriedade, troca mercantil e trabalho. A relação integrada entre estas 3 dá origem ao sistema através do qual a classe dominante extrai a riqueza necessária para a manutenção do seu poder. Estou a falar da economia.

A ordem social de dominação e exploração tem as suas origens numa alienação social fundamental, cujas origens são matéria de intrigante especulação, mas cuja natureza é bastante clara. Grandes multidões de pessoas foram espoliadas da sua capacidade de determinar as condições da sua própria existência, de criar as vidas e relações que desejam, de modo a que os poucos no topo possam acumular poder e riqueza e virar a totalidade da existência social para o seu próprio benefício. Para que isto possa acontecer, as pessoas têm de ser expropriadas dos meios pelos quais elas eram capazes de preencher as suas necessidades e desejos, os seus sonhos e aspirações. Isto poderia apenas ocorrer com a colocação de barreiras em redor de certas áreas e com a acumulação de certas coisas, de modo a deixarem de estar acessíveis a toda a gente. Mas tais enclausuramentos e amontoamentos de tesouros escondidos seriam insignificantes, a menos que alguém possuísse os meios para impedir que eles fossem usurpados – uma força para impedir que os outros apanhassem o que quisessem sem pedir permissão. Assim, com esta acumulação, torna-se necessário criar um aparato para protegê-la. Uma vez estabelecido, este sistema deixa a maioria das pessoas numa posição de dependência das poucas que levaram a cabo esta apropriação de riqueza e poder. Para ter acesso a alguma da riqueza acumulada, as multidões são forçadas a trocar a maior parte dos bens que produzem. Assim, parte da atividade que inicialmente efetuavam por si mesmas tem de ser, agora, efetuada em favor dos seus dominadores,

simplesmente de forma a garantir a sua sobrevivência. À medida que o poder dos poucos aumenta, estes controlam cada vez mais recursos e produtos do trabalho, até que, finalmente, a atividade das exploradas é nada mais, nada menos, do que trabalho para criar mercadorias em troca de um salário que depois gastam para comprar de volta essa mercadoria. Como é óbvio, o completo desenvolvimento deste processo é lento, em parte porque encontra resistência em cada curva do caminho. Existem ainda partes da terra e parte de vida que não foram enclausuradas pelo estado e pela economia, mas a maior parte da nossa existência foi já etiquetada com um preço, e o seu custo tem vindo a aumentar exponencialmente desde há dez mil anos.

Portanto, o estado e a economia surgiram juntos como aspectos da alienação acima descrita. Eles constituem um monstro de duas cabeças que nos impõe uma vazia existência, na qual as nossas vidas se transformam numa luta pela sobrevivência. Isto é verdade tanto nos países ricos como naqueles que têm sido empobrecidos pela expropriação capitalista. O que define a vida como mera sobrevivência não é nem a escassez de bens disponíveis por um dado preço nem a falta de meios para comprar esses bens. Em vez disso, quando alguém é forçada a vender a sua vida, a dar a sua energia a um projeto que não é da sua escolha, mas que serve para beneficiar outra pessoa que lhe diz o que fazer, por uma mísera compensação que lhe permite comprar umas quantas necessidades e prazeres – isto é meramente sobreviver, independentemente de quantas coisas se possa comprar. A vida não é uma acumulação de coisas, mas uma relação qualitativa com o mundo.

Esta venda forçada da nossa vida, esta escravatura do salário, reduz a vida a uma mercadoria, a uma existência dividida em pedaços mensuráveis que são vendidos um por um. É óbvio que para o trabalhador, que foi chantageado para vender a sua vida deste modo, o salário parece nunca ser suficiente. Como o poderia ser, se o que foi realmente perdido não foram unicamente as várias unidades de tempo, mas a própria qualidade da vida? Num mundo onde vidas são compradas e vendidas em troca de sobrevivência, onde os seres e as coisas que constituem o mundo natural são simplesmente bens à venda, para serem explorados na produção de outros bens para venda, o valor das coisas e o valor da vida transformam-se num número, numa medida, e essa medida é sempre em dólares, ou pesos, ou euros, ou *yen* – ou seja, em dinheiro. Mas nenhuma quantia de dinheiro nem nenhuma

quantidade dos bens que o dinheiro compra pode compensar o vazio de tal existência, pelo simples fato de que este tipo de valorização pode apenas existir drenando a qualidade, a energia, a admiração da vida.

A luta contra a lei da economia – que deve andar de mão dada com a luta contra o estado – tem de começar com uma recusa desta quantificação da existência, que consegue ocorrer apenas quando as nossas vidas nos são roubadas.

É a luta para destruir as instituições da propriedade, da troca de mercadorias e do trabalho – não com o objetivo de tornar as pessoas dependentes de novas instituições, nas quais a regra da sobrevivência ganha um ar mais humano, mas de modo a que todos possamos nos reapropriar das nossas vidas como nossas e perseguir as nossas necessidades, desejos, sonhos e aspirações, em toda a sua imensurável singularidade.

DE PROLETÁRIO A INDIVÍDUO: *Para uma Compreensão Anarquista de Classe*

As relações sociais de classe e exploração não são simples.

Concepções trabalhistas, as quais se baseiam na ideia de uma classe objetivamente revolucionária que se define em termos da sua relação com os meios de produção, ignoram a massa daquelas em todo o mundo cujas vidas lhes são roubadas pela atual ordem social, mas que não conseguem encontrar lugar dentro do seu aparato produtivo.

Assim, estas concepções acabam por apresentar uma compreensão limitada e simplista da exploração e da transformação revolucionária. De forma a levar a cabo uma luta revolucionária contra a exploração, necessitamos de desenvolver uma compreensão de classe como ela realmente existe no mundo, sem procurar quaisquer garantias.

Basicamente, a sociedade de classes é uma na qual existem aquelas que dominam e aqueles que são dominados, aqueles que exploram e aquelas que são exploradas.

Tal ordem social pode apenas vingar quando as pessoas perdem a sua capacidade de determinarem as condições da sua própria existência. Assim, a qualidade elementar partilhada pelos explorados é a sua

espoliação, a sua perda de capacidade de tomarem e levarem a cabo as decisões básicas acerca de como vivem.

A classe dominante define-se em termos do seu próprio projeto de acumulação de poder e riqueza. Se é verdade que existem, de fato, conflitos significativos entre a classe dominante devido a interesses específicos e a competição concreta por controlo de recursos e território, este abrangente projeto que tem como objetivo o controlo do poder e da riqueza sociais, e, portanto, das vidas e relações de todo o ser vivo, oferece a esta classe um projeto positivo unificado.

A classe explorada não possui tal projeto positivo que a defina. Ao invés, ela define-se em termos do que lhe é feito, do que lhe é retirado. Sendo desenraizadas dos modos de vida que conheciam e que tinham criado com os seus pares, a única comunidade que resta às pessoas que constituem esta classe heterogênea é a que é providenciada pelo capital e pelo estado – a comunidade de trabalho e de troca de mercadorias, decorada por uma data de construções ideológicas nacionalistas, religiosas, étnicas, raciais ou subculturais, através das quais a ordem dominante cria identidades para as quais canaliza a individualidade e a revolta. O conceito de uma identidade proletária positiva, de um único projeto proletário positivo, não tem qualquer base na realidade, visto que o que define alguém como proletária é, precisamente, o fato de que a sua vida lhe foi roubada, que essa pessoa foi transformada em peão nos projetos dos líderes.

A concepção trabalhista do projeto proletário tem a sua origem nas teorias revolucionárias da Europa e dos Estados Unidos (particularmente certas teorias marxistas e sindicalistas).

Nos finais do século XIX, tanto a Europa Ocidental como o este dos Estados Unidos iam lançados na sua industrialização, e a dominante ideologia do progresso igualava o desenvolvimento tecnológico à libertação social. Esta ideologia manifestou-se na teoria revolucionária com a ideia de que a classe trabalhadora industrial era objetivamente revolucionária, porque estava em posição de tomar os meios de produção desenvolvidos no capitalismo (os quais, como produtos do progresso, eram visto como inerentemente libertadores) e de os meter ao serviço da comunidade humana. Ao ignorarem a maior parte do mundo (juntamente com uma parte significativa dos explorados das zonas industrializadas), as teóricas revolucionárias foram, assim, capazes de inventar um projeto positivo para o proletariado, uma missão histórica

objetiva. O fato de esse projeto ter sido fundado na burguesa ideologia do progresso foi ignorado. Em minha opinião, os Ludditas tiveram uma perspectiva muito mais clara, reconhecendo que o industrialismo era mais uma das ferramentas das líderes para espoliá-los. Com toda a razão, atacaram as máquinas de produção em massa.

O processo de espoliação há muito que foi conseguido no Oeste (embora, como é óbvio, seja um processo que está constantemente em ação), mas em muito do Sul do mundo ele está ainda nos seus estádios iniciais. Contudo, desde que o processo começou no Oeste, houve algumas mudanças significativas no funcionamento do aparelho produtivo. Posições de perícia nas fábricas quase desapareceram, e o que se necessita numa trabalhador é flexibilidade, capacidade de adaptação – por outras palavras, capacidade para ser uma peça inter-substituível na máquina do capital. Além disso, as fábricas tendem hoje a requerer muito menos trabalhadoras para concretizar o processo produtivo, devido tanto a desenvolvimentos na tecnologia e nas técnicas de gestão, que permitiram um processo produtivo mais descentralizado, como ao fato de que, cada vez mais, o tipo de trabalho necessário em fábricas é em grande parte apenas a monitorização e manutenção de máquinas.

A um nível prático, isto significa que todas nós somos, como indivíduos, dispensáveis para o processo produtivo, pois todos nós somos substituíveis – esse encantador igualitarismo capitalista no qual todas somos iguais a zero. No primeiro mundo, isto teve o efeito de empurrar cada vez mais números das exploradas para posições cada vez mais precárias: trabalho a dias, trabalho temporário, empregos no setor dos serviços, desemprego crônico, mercado negro e outras formas de ilegalidade, desabrigo e prisão. O emprego estável, com a sua garantia de uma espécie de vida estável – ainda que a vida de alguém não seja realmente a sua – está a dar lugar a uma falta de garantias, onde as ilusões fornecidas por um consumismo moderadamente confortável não mais conseguem esconder que a vida sob o capitalismo é sempre vivida à beira da catástrofe. No terceiro mundo, pessoas que têm sido capazes de criar a sua própria existência, ainda que por vezes uma difícil, estão a descobrir que a sua terra e os seus outros meios para o conseguirem estão a ser-lhes puxados de debaixo dos pés, à medida que as máquinas do capital invadem, literalmente, as suas casas e devoram qualquer hipótese de continuarem a viver diretamente da sua atividade. Arrancadas das suas vidas e terras, são forçadas a migrarem para as

idades, onde pouco emprego há para elas. Em redor das cidades desenvolvem-se bairros de barracas, por vezes com mais população do que a própria cidade. Sem qualquer possibilidade de emprego estável, os habitantes destes bairros são compelidos a gerar uma economia de mercado negro para sobreviverem, mas também isto serve os interesses do capital. Outras, desesperadas, escolhem a emigração, arriscando a prisão em campos de refugiadas e centros para estrangeiros sem documentos, na esperança de melhorarem a sua vida.

Portanto, juntamente com a espoliação, a precariedade e a dispensabilidade são cada vez mais as características partilhadas por aqueles que constituem a classe explorada no mundo. Se, por um lado, isto significa que esta civilização mercantil está a criar no seu seio uma classe de bárbaras que, de fato, não têm nada a perder em aboli-la (e não das maneiras imaginadas pelos velhos ideólogos trabalhistas), por outro lado, estas características não conferem, por si só, qualquer base para um projeto positivo de transformação da vida. A raiva provocada pelas miseráveis condições de vida que esta sociedade impõe pode facilmente ser canalizada para projetos que servem a ordem dominante, ou pelo menos o interesse específico desta ou daquele dominador.

Os exemplos de situações nas últimas décadas nas quais a raiva dos explorados foi manipulada para alimentar projetos nacionalistas, racistas ou religiosos, que servem apenas para reforçar a dominação, são demasiados para serem contados. A possibilidade do fim da atual ordem social é tão grande como sempre foi, mas a fé na sua inevitabilidade não pode continuar a fingir ter um fundamento objetivo.

Mas, de modo a compreendermos verdadeiramente o projeto revolucionário e a começarmos o projeto de descobrir como o levamos a cabo (e a desenvolver uma análise sobre como a classe dominante consegue desviar a raiva daqueles que ela explora para os seus próprios projetos), é necessário percebermos que a exploração não ocorre meramente em termos da produção de riqueza, mas também em termos da reprodução de relações sociais. Independentemente da posição de qualquer proletária em particular no aparelho produtivo, é no interesse da classe dominante que toda a gente tenha um papel, uma identidade social, que é útil na reprodução de relações sociais. Raça, gênero, etnia, religião, tendência sexual, subcultura – todas estas coisas podem, de fato, refletir muitas diferenças reais e significativas, mas todas são construções sociais para canalizar essas diferenças para papéis úteis para

a manutenção da atual ordem social. Nas áreas mais avançadas da sociedade atual, onde o mercado define a maioria das relações, as identidades acabam por ser, em grande parte, definidas segundo as mercadorias que as simbolizam, e a intersubstituição torna-se a ordem do dia na reprodução social, tal como o é na produção econômica. E é precisamente porque a identidade é uma construção social e cada vez mais uma mercadoria vendível que os revolucionários devem ter atenção ao lidar com ela, analisando-a cuidadosamente na sua complexidade até ao ponto em que as nossas diferenças (incluindo as que esta sociedade definiria em termos de raça, gênero, etnia, etc.) são o reflexo de cada um de nós como indivíduos únicos. Dado que não existe nenhum projeto positivo que resida na nossa condição como proletárias – como os explorados e espoliados – o nosso projeto deve ser a luta para destruir a nossa condição proletária, para pôr um fim à nossa espoliação. O fundamental daquilo que perdemos não é o controlo sobre os meios de produção ou sobre a riqueza material; o fundamental é as nossas próprias vidas, a nossa capacidade de criarmos a nossa existência segundo as nossas necessidades e desejos. Assim, a nossa luta encontra o seu terreno em todo o lado, em todos os momentos. O nosso objetivo é destruir tudo o que mantém as nossas vidas longe de nós: o capital, o estado, o aparato industrial e pós-industrial, o trabalho, o sacrifício, a ideologia, qualquer organização que tente usurpar a nossa luta; resumindo, todos os sistemas de controlo. Durante o processo de levar a cabo esta luta da única forma que a podemos levar a cabo – fora e contra toda a formalidade e institucionalização – começamos a desenvolver novos modos de nos relacionarmos baseados na auto-organização, uma comunalidade baseada nas diferenças únicas que definem cada um de nós como indivíduos, cuja liberdade se expande com a liberdade do outro. É aqui, em revolta contra a nossa condição proletária, que descobrimos aquele projeto positivo que é diferente para cada uma de nós: a luta coletiva pela realização individual.

TRABALHO: O Roubo da Vida

“o que é o bombardeamento de um juiz, o rapto de um industrial, o enforcamento de um político, o alvejamento de um bôfia, o saque de um supermercado, o incêndio do escritório de um comissário, o apedrejamento de uma jornalista, o importunar uma intelectual, o espancamento de um artista, face à mortal alienação da nossa existência, ao som do despertador demasiado cedo, ao engarrafamento na autoestrada, aos bens à venda alinhados nas prateleiras?”

O despertador interrompe novamente o teu sono – como sempre, demasiado cedo. Arrastas-te do quente da tua cama para a casa-de-banho para um ducha, um barbear e uma *cagadela*, depois desces a correr até à cozinha onde engoles um bolo ou, se tiveres tempo, uma torrada e ovos com uma chávena de café. Depois apressas-te a sair, para enfrentares engarrafamentos ou multidões no metro até chegares... ao trabalho, onde o teu dia é gasto em tarefas que não são da tua escolha, em associação compulsiva com outros envolvidos em tarefas relacionadas, cujo objetivo principal é a reprodução contínua das relações sociais que te obrigam a sobreviver desta maneira.

Mas isto não é tudo. Para compensar, recebes um salário, uma quantia de dinheiro que (após pagares a renda e as contas) tens de levar para centros comerciais para comprares comida, roupa, várias necessidades e entretenimento. Embora isto seja considerado o teu “tempo livre”, como oposto a “tempo de trabalho”, também ele é atividade compulsória que apenas em segundo lugar garante a tua sobrevivência, sendo o seu objetivo principal, novamente, a reprodução da ordem social atual. E para a maioria das pessoas, momentos livres destes limites são cada vez mais em menor número. Segundo a ideologia dominante desta sociedade, esta existência é o resultado de um contrato social entre iguais – iguais perante a lei, quer dizer. A trabalhadora, diz-se, aceita o contrato de vender a sua força de trabalho ao patrão por um salário acordado mutuamente. Mas será que um contrato pode ser considerado livre e igual quando uma das partes detém todo o poder?

Se olharmos para este contrato com mais atenção tornasse claro que não é contrato nenhum, mas a mais extrema e violenta extorsão. Isto é, atualmente, mais escandalosamente evidente nas margens da sociedade capitalista, onde pessoas que viveram durante séculos (ou, em alguns casos, milênios) segundo os seus próprios termos encontram a sua

capacidade para determinarem as condições da sua existência arrancadas pelos bulldozers, pelas serras elétricas, pelo equipamento mineiro e por aí fora, dos dominadores mundiais. Mas este é um processo que tem vindo a decorrer há séculos, um processo que envolve um gritante roubo de terras e vida em larga escala, aprovado e levado a cabo pela classe dominante. Privadas dos meios para determinarem as condições da sua existência, não se pode dizer, honestamente, que os explorados estejam a fazer um contrato livremente e de igual para igual com as suas exploradoras. É, claramente, um caso de chantagem.

E quais são os termos desta chantagem? As exploradas são forçadas a vender o tempo das suas vidas aos exploradores, em troca de sobrevivência. E esta é a verdadeira tragédia do trabalho. A ordem social do trabalho baseia-se na oposição imposta entre vida e sobrevivência. A questão de como uma pessoa se vai safar suprime a de como essa pessoa quer viver, e com o passar do tempo tudo isto parece natural e limitamos os nossos sonhos e desejos às coisas que o dinheiro pode comprar.

Contudo, as condições do mundo de trabalho não se aplicam unicamente àqueles com empregos. Podemos facilmente ver como o desempregado, à procura de emprego com medo da fome e de ficar sem casa, é apanhado no mundo do trabalho. Mas o mesmo acontece para a pessoa que vive da ajuda do estado, cuja sobrevivência depende da existência da burocracia da segurança social... e mesmo para aqueles para os quais evitar arranjar emprego se tornou tal prioridade que as suas decisões acabam por se centrar em esquemas, furtos em lojas, reciclar no lixo – todas as diferentes maneiras de se safar sem um emprego. Por outras palavras, atividades que poderiam ser boas maneiras de apoiar um projeto de vida tornam-se fins em si mesmas, fazendo da mera sobrevivência o projeto de vida dessa pessoa. De que modo, na verdade, é que isto difere de um emprego?

Mas qual é a verdadeira base do poder por detrás desta extorsão que é o mundo do trabalho? É óbvio, existem leis e tribunais, polícia e forças militares, multas e prisões, o medo da fome e de não ter casa – todos os aspectos da dominação bastante reais e significativos. Mas mesmo a força das armas do estado pode apenas ser bem sucedida na realização da sua tarefa porque as pessoas se submetem. E aqui está a verdadeira base de toda a dominação – a submissão das escravas, a sua decisão de aceitarem a segurança da miséria e servidão conhecidas em vez de arriscarem o desconhecido da liberdade, a sua vontade de aceitarem uma

sobrevivência garantida, mas sem cor, em troca da possibilidade de realmente viverem, que não oferece garantias algumas. Assim, para pormos um fim na nossa escravidão, para irmos além dos limites de simplesmente nos safarmos, é necessário tomar a decisão de recusarmos nos submeter; é necessário começarmos a nos reapropriar da nossa vida aqui e agora. Tal projeto coloca-nos, inevitavelmente, em conflito com toda a ordem social do trabalho; portanto, o projeto de reavermos as nossas existências deve também ser o projeto de destruir o trabalho. Para ser claro, quando digo “trabalho” não me refiro à atividade através da qual uma pessoa cria os meios da sua própria existência (a qual, idealmente, nunca seria separada de simplesmente viver), mas antes a uma relação social que transforma esta atividade numa esfera separada da vida dessa pessoa e a coloca ao serviço da ordem dominante, de forma que essa atividade, na verdade, deixa de ter qualquer relação direta com a criação da sua existência, e em vez disso apenas a mantém no campo da mera sobrevivência (seja qual for o nível de consumo) através de um conjunto de mediações nas quais a propriedade, o dinheiro e a troca de mercadorias estão entre as mais significativas. Este é o mundo que temos de destruir durante o processo de recuperarmos as nossas vidas, e a necessidade desta destruição faz do projeto de reapropriação das nossas vidas e dos projetos de insurreição e revolução social um só.

O MECANISMO DE CONTROLO: *Um Olhar Crítico Sobre a Tecnologia*

“Criticar a tecnologia [...] significa considerar o seu quadro geral, vendo-a não apenas como um conjunto de máquinas, mas como uma relação social, como um sistema; significa compreender que um instrumento tecnológico reflete a sociedade que o produz, e que a sua introdução modifica as relações entre indivíduos. Criticar a tecnologia significa recusar submeter à atividade humana ao lucro.” - em Ai Ferri Corti

A tecnologia não se desenvolve num vazio, independentemente das relações sociais da ordem na qual se desenvolve.

É o produto de um contexto, e, portanto, inevitavelmente, reflete esse contexto. Assim, afirmar que a tecnologia é neutra não tem fundamento. Ela não poderia ser mais ou menos neutra do que os outros sistemas desenvolvidos para garantir a reprodução da atual ordem social – governo, troca de mercadorias, casamento e família, propriedade privada... assim, uma análise revolucionária séria tem, necessariamente, de incluir uma abordagem crítica da tecnologia.

Por tecnologia não me refiro simplesmente a ferramentas, máquinas ou mesmo a “um conjunto de máquinas” como entidades individuais, mas antes a um sistema integrado de técnicas, máquinas, pessoas e materiais, desenhado para reproduzir as relações sociais que prolongam e fazem avançar a sua existência. Para ser claro desde o início, não estou a dizer que a tecnologia produz relações sociais, mas que é planeada para as reproduzir segundo as necessidades do sistema dominante.

Antes de o capitalismo dominar as relações sociais, ferramentas, técnicas e até algumas máquinas tinham sido criadas e aplicadas a tarefas específicas. Havia mesmo algumas aplicações sistemáticas de técnicas e máquinas que poderiam ser consideradas tecnológicas no completo sentido da palavra. É curioso notar que estas aplicações aconteciam mais profundamente precisamente onde o poder requeria ordem rigorosa – em mosteiros, nas câmaras de tortura da inquisição, em navios de escravos, na criação de monumentos ao poder, nas estruturas burocráticas, militares e policiais de poderosos impérios como a China dinástica. Mas permaneceram, em grande parte, secundárias ao quotidiano da vasta maioria de pessoas, que tendiam a usar ferramentas e técnicas que elas mesmas tinham criado como indivíduos ou no seio de

sua comunidade. Com a ascensão do capitalismo, a necessidade de extração e desenvolvimento de recursos em larga escala conduziu à expropriação sangrenta e sem escrúpulos de tudo o que era antes partilhado comunalmente, pela recentemente desenvolvida classe dominante capitalista (um processo que foi alargado internacionalmente através da construção de impérios coloniais) e ao desenvolvimento de um sistema tecnológico cada vez mais integrado, que permitiu a máxima eficiência no uso de recursos, incluindo força de trabalho. Os objetivos deste sistema eram uma maior eficiência na extração e no desenvolvimento de recursos e um maior controlo sobre os explorados.

As primeiras aplicações de técnicas industriais ocorreram a bordo de navios mercantes e militares e nas plantações.

Este último caso era, na verdade, um novo sistema de agricultura em larga escala para obter lucros, que se pode desenvolver na altura graças à espoliação dos camponeses na Europa – especialmente na Grã Bretanha –, o que providenciava um conjunto de servas contratadas e de criminosos condenados a trabalhos forçados, e à expansão do comércio-escravo Africano, que arrancava as pessoas das suas casas e as forçava à servidão. O primeiro caso era também amplamente baseado na espoliação das classes exploradas – muitas das quais se encontravam raptadas e forçadas a trabalhar nos navios. O sistema industrial imposto nestes contextos não era tão baseado num conjunto de máquinas manufaturadas como no método de coordenação do trabalho, no qual os trabalhadores eram as mudanças da máquina, e se uma falhasse a realizar a sua parte, poria toda a estrutura de trabalho em risco.

Mas havia aspectos específicos deste sistema que o ameaçavam. O sistema de plantação, ao juntar vários grupos de espoliadas com diferentes conhecimentos e experiências, permitia interações que podiam fornecer uma base para a associação ilegal e revolta partilhada. Os marinheiros que viviam como escravos nos navios também forneciam um meio de comunicação entre diferentes lugares, criando uma espécie de internacionalismo das espoliadas. Os relatos de associações ilegais e insurreições em volta da costa do Atlântico norte nos séculos XVII e XVIII, envolvendo todas as raças de espoliados, com poucos indícios de racismo, são inspiradores, mas isso também obrigou o capitalismo a desenvolver ainda mais as suas técnicas. Uma combinação de ideologia racial com uma divisão do trabalho foi usada para gerar cisões entre escravas negras e os servos contratados da velha

Europa. Além disso, embora o capital não conseguisse nunca safar-se sem o transporte de bens e recursos, este começou a mudar a ênfase, por razões econômicas e sociais, para a transformação de recursos em bens vendíveis em larga escala. A dependência de artesãos de produção em pequena escala era perigosa para o capital de várias maneiras. Economicamente, era lenta e ineficiente e não colocava uma parte suficiente dos lucros nas mãos da classe dominante. Mas, mais significativamente, a relativa independência dos artesãos tornava-os difíceis de controlar. Eles determinavam os seus horários, o seu ritmo de trabalho e por aí fora.

Assim, o sistema fabril, que tinha já provado a sua eficácia nos navios e nas plantações, foi aplicado também na produção de bens.

Portanto, o sistema industrial não foi simplesmente (nem sequer principalmente) desenvolvido porque era um modo mais eficiente de produzir bens. As capitalistas não estão particularmente interessadas na produção de bens por si só. Em vez disso, eles produzem bens simplesmente como uma parte necessária do processo de expansão do capital, criando lucro e mantendo o seu controlo sobre a riqueza e o poder. Assim, o sistema fabril – esta integração de técnicas, máquinas, ferramentas, pessoas e recursos que é a tecnologia como a conhecemos – foi desenvolvido como modo de controlar a parte mais volátil do processo produtivo – a trabalhadora humana. A fábrica é, de fato, montada como uma máquina gigante, com cada parte – incluindo as partes humanas – integralmente interligada com cada uma das outras partes. Embora o aperfeiçoamento deste processo tenha tomado lugar ao longo do tempo, à medida que a luta de classes mostrava as fraquezas no sistema, este objetivo central foi inerente à tecnologia industrial desde o começo, pois ele era a razão que estava por detrás dessa tecnologia.

Os Ludditas perceberam isto e esta foi a fonte da sua luta.

Se percebermos que a tecnologia desenvolvida sob o capitalismo foi desenvolvida precisamente para manter e aumentar o controle da classe capitalista dominante sobre as nossas vidas, não há nada de surpreendente no fato de que aqueles avanços técnicos que não foram respostas específicas à luta de classes no local de trabalho aconteceram, na maioria das vezes, no campo das técnicas militares e policiais. A cibernética e a eletrônica providenciam os meios de recolha e armazenamento de informação, atingindo níveis anteriormente desconhecidos, permitindo uma muito maior vigilância sobre uma

população mundial cada vez mais empobrecida e potencialmente rebelde. Permitem também a descentralização do poder sem qualquer perda de controle por parte das dominadoras – o controle reside, precisamente, nos sistemas tecnológicos desenvolvidos. Como é óbvio, este esticar da rede de controle sobre todo o tecido social também significa que ela é bastante frágil. Os elos fracos estão em toda a parte, e rebeldes criativas encontram-nos. Mas a necessidade do maior controle possível leva os líderes desta ordem a aceitarem estes riscos, na esperança de conseguirem consertar os elos fracos suficientemente rápidos. Portanto, a tecnologia tal como a conhecemos, este sistema industrial integrado de técnicas, máquinas, pessoas e recursos, não é neutra. Ela é uma ferramenta específica, criada no interesse da classe dominante, que nunca foi suposta servir para alcançar as nossas necessidades e desejos, mas antes para manter e expandir o controle da ordem dominante. A maioria dos anarquistas reconhece que o estado, a propriedade privada, o sistema mercantil, a família patriarcal e a religião organizada são, inerentemente, instituições e sistemas dominadoras, que precisam ser destruídos se quisermos criar um mundo no qual todas sejamos livres para determinar as nossas vidas como bem entendermos. Assim, é estranho que a mesma compreensão não se aplique ao sistema tecnológico industrial. Mesmo nesta era, em que as fábricas não deixam nenhum espaço para qualquer tipo de iniciativa individual, em que as comunicações são dominadas por gigantescos sistemas e redes acessíveis a qualquer agência policial e que determinam como as podemos usar, em que o sistema tecnológico como um todo necessita de pessoas como pouco mais do que mãos e olhos, trabalhadores de manutenção e inspetoras de controle de qualidade, ainda existem anarquistas que querem “tomar os meios de produção”. Mas o sistema tecnológico que conhecemos é, ele mesmo, parte das estruturas de dominação. Foi criado para controlar mais eficientemente os explorados pelo capital. Tal como o estado, tal como o próprio capital, este sistema tecnológico terá de ser destruído, de forma a tomarmos de volta as nossas vidas. O que isto significa, no que concerne a ferramentas e técnicas específicas, será determinado no decorrer da nossa luta contra o mundo da dominação. Mas, precisamente, de modo a abrirmos caminho a possibilidades de criarmos o que desejarmos em liberdade, o mecanismo de controle terá de ser destruído.

PROPRIEDADE: *as vedações do capital*

Por entre as muitas mentiras que mantêm a regra do capital está a ideia de que propriedade é liberdade. A burguesia ascendente fez esta afirmação à medida que dividiam a terra em porções, com vedações de todos os tipos – físicas, legais, morais, sociais, militares... o que quer que achassem necessário para encerrar a riqueza assassinada da terra e para excluir as multidões, que eram indesejáveis, exceto como força de trabalho. Tal como tantas mentiras do poder, esta consegue enganar através de uma manobra de ilusionista. As multidões, “desacorrentadas” da sua terra, eram livres de escolher entre viverem esfomeadas ou venderem o tempo das suas vidas a qualquer amo que o comprasse.

“Trabalhadoras livres” chamavam-lhes os seus amos, visto que, ao contrário dos escravos-móveis, os amos não precisavam de ser responsáveis pelas suas vidas. Era unicamente a sua força de trabalho que os amos compravam. As suas vidas eram suas, dizia-se-lhes, embora na verdade estas lhes tivessem sido roubadas quando os amos capitalistas vedaram a terra e expulsaram estes “trabalhadoras livres” em busca da sobrevivência. Este processo de expropriação, que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, continua em andamento nas suas margens, mas outro golpe de mestre mantém a ilusão burguesa no centro. A propriedade, dizem-nos, é uma coisa e nós a adquirimos com dinheiro. Assim, segundo a mentira, a liberdade reside nas coisas que podemos comprar e aumenta com a sua acumulação. Ao perseguir esta liberdade, que nunca é propriamente atingida, as pessoas acorrentam-se a atividades não escolhidas por si, desistindo de qualquer vestígio de uma escolha real, de modo a ganharem o dinheiro que é suposto comprar-lhes a liberdade. E à medida que as suas vidas são consumidas ao serviço de projetos que nunca foram os seus, elas gastam os salários em brinquedos e entretenimento, em terapia e drogas, estes anestésicos que garantem que elas não vejam para lá da mentira.

A propriedade, na verdade, não é a coisa que é posse de alguém. Ela é as vedações – as vedações que nos mantêm dentro, as vedações que nos mantêm fora, todas as barreiras através das quais as nossas vidas nos são roubadas. Assim, a propriedade é, acima de tudo, uma restrição, um limite de tal envergadura que garante que ninguém será capaz de se realizar completamente enquanto esse limite existir.

Para melhor compreendermos isto, devemos olhar para a propriedade como uma relação social entre coisas e pessoas, mediada pelo estado e pelo mercado. A instituição da propriedade não poderia existir sem o estado, que concentra o poder em instituições de dominação. Sem as leis, as armas, os bófias e os tribunais, a propriedade não teria uma base real, não teria nenhuma força a apoiá-la. Na verdade, pode dizer-se que o estado é, ele mesmo, o instituir da propriedade. O que é o estado, se não uma rede de instituições através das quais o controlo sobre um dado território e os seus recursos é defendido e mantido pela força das armas? Toda a propriedade é, em último caso, propriedade do estado, visto que ela existe somente com a permissão e sob a proteção do estado. Dependendo dos níveis de poder concreto, estas permissão e proteção podem ser revogadas em qualquer altura, por qualquer razão, e a propriedade reverterá novamente para o estado. Isto não quer dizer que o estado é mais poderoso que o capital, mas que ambos estão tão entrosados que constituem uma única ordem social de dominação e exploração. E a propriedade é a instituição através da qual esta ordem mantém o seu poder na nossa vida diária, nos compelindo a trabalhar e pagar para a reproduzirmos.

Portanto, a propriedade é, de fato, o arame farpado, o sinal de “não trespassar”, a etiqueta com o preço, a bófia e a câmara de vigilância. A mensagem que todos eles transportam é a mesma: não podemos usar ou usufruir de nada sem permissão, e essa permissão tem de nos ser dada pelo estado e paga em dinheiro algures ao longo do processo.

É, assim, sem surpresa que o mundo da propriedade, comandado pelo estado e pelo mercado, é um mundo empobrecido onde a necessidade, não a satisfação, permeia a existência. A busca da realização individual, bloqueada a cada curva por uma e outra vedação, é substituída pela competição homogeneizadora e atomizadora por acumular mais coisas, porque neste mundo a “indivíduo” é medida apenas em termos das coisas de que é proprietário. E a comunidade não-humana da etiqueta de preço luta por enterrar a singularidade por detrás de identidades que se encontram nas montras das lojas.

Atacar as coisas pertencentes às líderes deste mundo – destruir montras de bancos, queimar carros da polícia, fazer explodir o escritório do emprego ou partir máquinas – certamente que tem o seu valor. Que mais não seja, sempre podemos ter um pouco de prazer, e algumas das ações deste tipo podem mesmo travar projetos concretos da ordem

dominante. Mas, derradeiramente, nós devemos atacar a instituição da propriedade, qualquer vedação física, legal, moral ou social. Este ataque começa com o desejo que cada uma de nós tem de reaver a nossa vida e de a determinarmos segundo a nossa própria vontade. Todo o momento e todo o espaço que roubamos de volta desta sociedade de produção e consumo providencia-nos uma arma para expandirmos esta luta. Mas, como escreveu um companheiro: “ ... esta luta ou está em todo o lado ou não é nada. Somente quando a pilhagem se converter numa prática em larga escala, quando a dádiva se armar contra o valor de câmbio, quando as relações não mais forem mediadas por mercadorias e as indivíduos derem o seu próprio valor às coisas, somente aí é que a destruição do mercado e do dinheiro – que é una com a demolição do estado e de toda a hierarquia – se torna uma possibilidade real”, e com ela a destruição da propriedade. A revolta individual contra o mundo da propriedade deve expandir-se até uma revolução social que irá mandar abaixo todas as vedações e abrir todas as possibilidades para a realização individual.

RELIGIÃO:

quando o sagrado aprisiona o maravilhoso

É provável que os seres humanos desde sempre tenham tido encontros com o mundo em seu redor e voos das suas imaginações que tenham evocado um expansivo sentido de deslumbramento, uma experiência do maravilhoso. Fazer amor com o oceano, devorar a gelada lua de hortelã-pimenta, saltar em direção às estrelas numa louca e deliciosa dança – tais são os malvados imaginários que fazem as concepções mecanicistas do mundo parecer tão amargas. Mas, tristemente, nesta era, a influência negativa do industrialismo, com a sua vazia lógica mecanicista que emana da visão mundial do capital que têm os guarda-livros, danificou muitas mentes, retirando paixão à razão e a capacidade de criar as suas próprias razões à paixão e de encontrar os seus próprios significados na experiência e criação do maravilhoso. Muitas viram-se para o sagrado em busca dos sentimentos de prazer e deslumbramento, esquecendo-se de que o sagrado é, ele mesmo, a prisão do maravilhoso. A história da religião é, de fato, a história da propriedade e do estado. Todas essas instituições são fundadas em expropriações que, em conjunto, formam a alienação social, a alienação dos indivíduos da sua capacidade de criarem

as suas vidas segundo as suas vontades. A propriedade expropria dos indivíduos o acesso à abundância material do mundo, colocando-a nas mãos de umas quantas pessoas que a vedam e lhe põem um preço em cima. O estado expropria das indivíduos a capacidade de criarem as suas vidas e relações nos seus próprios termos, colocando-a nas mãos de umas quantas pessoas sob a forma de poder de controlo das vidas de outros, transformando a sua atividade na força de trabalho necessária para reproduzir a ordem social. Do mesmo modo, a religião (e as suas equivalentes atuais, a ideologia e a psiquiatria) é a instituição que expropria a capacidade de os indivíduos interpretarem as suas interações com os mundos em seu redor e dentro delas, colocando-a nas mãos de umas quantas especialistas que criam interpretações que servem os interesses do poder. Os processos através dos quais estas expropriações são conduzidas não são, na verdade, separados, mas profundamente interligados, constituindo uma rede de dominação integrada; contudo, penso que, nesta era em que muitos anarquistas parecem ganhar interesse no sagrado, seja útil analisar a religião como uma instituição de dominação específica.

Se é verdade que hoje em dia, pelo menos nas democracias tipo Ocidental, a ligação entre a religião e o estado parece relativamente tênue, residindo nos desvarios dogmáticos de um Ashcroft ou na ocasional bênção do papa, originalmente o estado e a religião eram duas caras de uma mesma entidade. Quando os líderes não eram deuses ou padres em pessoa, eles eram, ainda assim, ordenados por um deus através do padre, especialmente consagrado para representar deus na terra, liderando em seu nome. Assim, as leis das líderes eram as leis de deus; as suas palavras eram as palavras de deus. É verdade que, eventualmente, se desenvolveram religiões que distinguiram as leis de deus das do estado. De um modo geral, estas religiões surgiram no seio de pessoas que eram perseguidas e que, portanto, sentiam a necessidade de apelar a um poder mais elevado do que o do estado. Assim, estas religiões apoiavam o conceito de liderança, de uma lei que comandava os indivíduos assim como os estados terrenos. Assim sendo, se bem que as Hebreus antigas conseguiram distinguir entre líderes “divinas” e “não-divinas”, e que os primeiros Cristãos conseguiram dizer “devemos obedecer a deus e não ao homem”, tais declarações não eram apelos à rebelião, mas à obediência a uma autoridade mais elevada. A bíblia Cristã torna isto explícito quando diz “a César o que é de César” e

“submetam-se aos poderes dominantes, pois eles são ordenados por deus”. Se leituras selecionadas das escrituras Judaico-Cristãs podiam inspirar revolta, é improvável que fosse a revolta de indivíduos contra tudo o que lhes roubava as suas vidas. Em vez disso, seria uma revolta contra um estado específico, com o objetivo de substituí-lo por um estado baseado nas “leis de deus”.

Mas a religião é muito mais do que a tradição Judaico-Cristã. É, então, necessário analisar o próprio conceito de sagrado, a ideia que parece estar na origem da religião.

Hoje em dia ouço frequentemente as pessoas queixarem-se da perda do sagrado. Não me consigo deixar de rir. Neste mundo onde abundam fronteiras, barreiras, vedações, arame farpado, leis e restrições de toda a espécie, o que é que existe que não seja sagrado? O que é que existe que nós possamos tocar, com que possamos interagir e desfrutar livremente? Mas, é claro, eu percebo. As pessoas estão, na verdade, a lamentar a perda do deslumbramento, do prazer, daquele expansivo sentimento de consumir e ser consumido por um vivo e vibrante universo. Mas se é isto que elas lamentam, então por que falar da perda do sagrado quando o conceito de sagrado é, ele mesmo, a coisa que separou deslumbramento e prazer do mundo e os colocou num lugar à parte?

Para dizer a verdade, o sagrado nunca significou aquilo que é maravilhoso, admirável ou alegre. O sagrado sempre significou aquilo que é consagrado. A consagração é precisamente o processo de separar algo da vida normal, que tem livre e igual disponibilidade para todas as pessoas usarem como quiserem, com o fim de o pôr de lado para uma tarefa especializada. Este processo tem início com o surgimento de especialistas na interpretação do significado da realidade. Estes especialistas são, eles mesmos, consagrados, separados das tarefas da vida normal e alimentados pelos sacrifícios e pelas oferendas daqueles para os quais eles interpretam a realidade. Como é óbvio, o conceito de que podem existir pessoas com uma ligação especial ao significado da realidade implica que há apenas um significado, que é universal e que, portanto, requer uma atenção e capacidades especiais para ser compreendido. Assim, primeiro como xamãs e mais tarde como padres, estas pessoas sagradas expropriam a capacidade de o indivíduo criar o seu próprio significado. Os nossos encontros poéticos com o mundo tornam-se insignificantes, e os lugares, coisas e seres que nos são especiais são reduzidos a meras fantasias sem qualquer significância

social. São substituídos pelos lugares, coisas e seres sagrados determinados pelo padre, os quais são, depois, mantidos afastados de leigos e leigas profanas, apresentadas apenas através da apropriada mediação do ritual, para garantir que as mentes do rebanho permanecem enevoadas, de modo a não verem a verdadeira banalidade do sagrado.

É precisamente a natureza do sagrado como separação que dá origem aos deuses. Olhando de perto, o que é uma deusa se não um símbolo do extravio da capacidade humana de querer, de agir por si mesma, de criar a vida e significado segundo os seus próprios termos? E a religião, ao criar deuses, de fato serve a classe dominante de uma maneira essencial. Ela cega os explorados, não lhes permitindo ver o verdadeiro porquê de estarem separados da capacidade de determinarem a sua própria existência. Não é uma questão de expropriação e alienação social, mas de uma separação que é inerente à natureza das coisas. Todo o poder reside nos deuses, e nós podemos apenas aceitar a sua vontade, batalhando para os agradar o melhor que conseguirmos.

Tudo o resto é vaidade. Deste modo, a expropriação verdadeira das capacidades de as pessoas criarem as suas vidas desaparece por detrás de um destino divinamente determinado que não pode ser combatido. E visto que o estado representa a vontade de deus na terra, também ele não pode ser combatido, devendo simplesmente ser suportado.

A única ligação que pode ser feita com este poder sagrado é a que é oferecida pela mediação do ritual religioso, uma “ligação” que, na verdade, assegura a continuação da separação a todos os níveis práticos. O fim desta separação seria o fim do sagrado e da religião.

Uma vez reconhecida a consagração – ou seja, a separação – como sendo o que define o sagrado, torna-se evidente o porquê de a autoridade, a propriedade e todas as instituições de dominação serem sagradas. Todas elas são a forma social da separação, a consagração de capacidades e riqueza, que foram um dia, acessíveis a todas nós, a um uso especializado, de forma a que hoje não lhes possamos aceder exceto através dos rituais apropriados que mantêm essa separação. Assim sendo, é totalmente correto falar, literalmente, da propriedade como algo sagrado e das mercadorias como fetiches. O capitalismo é profundamente religioso.

A história da religião Ocidental não tem sido de simples aceitação do sagrado e de deus (não tenho conhecimentos suficientes para falar das religiões não-Ocidentais neste aspecto). Ao longo da Idade Média e para

além dela houve movimentos hereges que foram ao ponto de questionarem a própria existência de deus e do sagrado. Expressos na linguagem do seu tempo, estes movimentos – os Espíritos Livres, as Adamitas, os Ranters e muitos outros – negaram a separação que definia o sagrado, reclamaram a divindade para si mesmas e, assim, reapropriaram a sua vontade e capacidade de agirem segundo os seus próprios termos, de criarem as suas vidas. Como é óbvio, isto os colocou em confronto com a sociedade em que estavam, a sociedade do estado, da economia e da religião.

À medida que o capitalismo começou a surgir no mundo Ocidental e a espalhar-se pela mão do imperialismo colonial, também surgiu um movimento de revolta contra este processo. Longe de ser um movimento pelo regresso a um idílico passado imaginado, ele levava consigo as sementes da anarquia e do verdadeiro comunismo. Esta semente revolucionária foi, com toda a certeza, impulsionada pelas interações de pessoas com diferentes backgrounds culturais que estavam a ser espoliadas de diferentes maneiras – as pobres da Europa cujas terras eram “vedadas” (será que devemos dizer consagradas, o que curiosamente parece sinónimo de roubadas?), obrigando-os a partir para as estradas e os mares, Africanos arrancadas das suas terras natais, separados das sua famílias e culturas e forçadas à escravatura e povos indígenas, já antes nas terras que depois começaram a ser colonizadas, vendo-se a si mesmos espoliados e muitas vezes chacinados. Levantamentos ao longo da costa Atlântica (na Europa, na África e na América) não eram raros nos séculos XVII e XVIII, e normalmente envolviam a cooperação igualitária entre todos estes grupos de espoliadas e exploradas.

Mas, ao que me parece, uma das maiores fraquezas deste movimento de revolta foi que pareceu nunca se ter libertado completamente da percepção religiosa do mundo.

Enquanto a classe capitalista expropriava cada vez mais aspectos do mundo e da vida das mãos dos indivíduos, pondo-os de lado e tornando-os acessíveis somente através da mediação apropriada dos rituais do trabalho assalariado e da troca de mercadorias, as rebeldes, na sua maioria, não conseguiam dar o passo final de se revoltarem em absoluto contra o sagrado. Desse modo, eles apenas opuseram uma concepção do sagrado a outra, uma moralidade a outra, deixando assim no mesmo lugar a alienação social. Foi isto que tornou possível recuperar esta

revolta para a democracia e capitalismo humanitário ou socialismo, no qual “o povo”, “a sociedade” ou “a raça humana” representam o papel de deus. A religião, a propriedade, o estado e todas as outras instituições de dominação são baseadas nas separações fundamentais que causam a alienação social. Como tal, elas constituem o sagrado. Se queremos voltar a ser capazes de agarrar o maravilhoso como nosso, de experienciar o deslumbramento e o prazer diretamente nos nossos próprios termos, de fazer amor com oceanos ou de dançar com as estrelas, sem deuses nem padres a intervirem, a nos dizerem o que isso deve significar, ou, de uma maneira mais simples, se queremos agarrar as nossas vidas como nossas, criando-as como bem quisermos, então temos de atacar o sagrado em todas as suas formas. Temos de profanar o sagrado da propriedade e da autoridade, das ideologias e das instituições, de todos os deuses, templos e fetiches, quaisquer que sejam as suas bases. Apenas desta maneira poderemos experimentar todos os mundos internos e externos como nossos, baseados na única igualdade que nos pode interessar: o igual reconhecimento do que é maravilhoso na singularidade de cada uma de nós. Apenas desta maneira poderemos experimentar e criar o maravilhoso em toda sua beleza e esplendor.

UM ASSUNTO DE FAMÍLIA

Na luta pela reapropriação das nossas vidas é necessário questionar todas as instituições, mesmo aquelas que alcançam os aspectos mais íntimos das nossas vidas. De fato, é particularmente importante desafiar estas instituições, pois a sua proximidade, a sua intimidade, podem fazê-las parecer não serem instituições de todo, mas as mais naturais das relações. E então elas podem trabalhar os seus insidiosos engodos e fazer com que a própria dominação pareça natural.

As relações familiares são tomadas como garantidas, mesmo pela maioria dos anarquistas. É precisamente a intimidade destas relações que as faz parecerem tão naturais. E, ainda assim, a família tal como a conhecemos – a família nuclear, essa unidade ideal para o consumo mercantil – tem apenas pouco mais de meio século, e está já em estado de desintegração. E formas prévias de relações familiares parecem refletir as exigências da necessidade econômica ou da coesão social, e não qualquer tendência natural.

A instituição da família anda lado a lado com a instituição do casamento. Se em sociedades não-estatais o casamento tendeu ser um laço bastante alargado que tinha o principal objetivo de manter certos tipos de relações parentescas, com o surgimento do estado e da propriedade ele tornou-se uma relação muito mais fechada; na verdade, uma relação de propriedade. Mais especificamente, o casamento tornou-se aquela instituição na qual o pai, reconhecido como o proprietário da sua família, dava a sua filha a outro homem que, por sua vez, como seu marido, se tornava o seu novo dono. Assim, a família é o centro da dominação das mulheres, que se espalha dali para toda a sociedade.

Contudo, no seio da família, existe ainda outra hierarquia. O propósito central da família é a reprodução da sociedade, e isto requer a reprodução dos seres humanos. Assim, espera-se que a esposa dê à luz, e que as crianças, embora pertençam, em último caso, ao homem, obedeçam à autoridade direta da mãe. É por isto que muitas de nós que crescemos em famílias em que os chamados papéis de gênero

“tradicionais” eram aceites tenhamos, de fato, experienciado as nossas mães como a primeira autoridade a nos dominar.

O pai era uma figura distante, trabalhando as suas 60 ou 70 horas semanais (apesar da suposta vitória trabalhista da semana de 40 horas) para fornecer à família todas as coisas que esta sociedade proclama serem necessárias para uma vida boa. A mamã ralhou-nos, bateu-nos, nos impôs limites, batalhou para determinar as nossas vidas – tal como o gestor no local de trabalho, que é a cara mortal do chefe, enquanto o dono permanece escondido na sombra. Portanto, a verdadeira razão de ser da família é a reprodução dos seres humanos. Isto não significa somente dar à luz, mas também transformar essa matéria-prima humana num ser útil à sociedade – um súbdito leal, uma boa cidadã, uma trabalhadora com iniciativa, um ávido consumidor.

Assim, desde o nascimento, é necessário que a mãe e o pai comecem a treinar a filha. É a este nível que podemos compreender a pronta exclamação “é um menino!”, “é uma menina!”. O gênero é o único papel social que pode ser avaliado a partir da biologia, logo ao nascer, e, portanto é o primeiro a ser imposto através de uma série de símbolos – as cores do quarto da criança, nas paredes e nos cobertores, os estilos de roupa, os brinquedos que se lhe dão, o tipo de jogos que lhe são encorajados, e por aí adiante. Mas isto acontece em conjunto com um ênfase também na “criancice”. Em vez de lhes encorajar a

independência, a autoconfiança e a capacidade de tomarem as suas próprias decisões e de agirem sobre elas, as crianças são encorajadas a serem ingênuas, incapazes, faltando-lhes a capacidade de pensarem e agirem com sensibilidade. Tudo isto é considerado “fofo” e a “fofura” é, supostamente, a primeira característica das crianças. Embora a maior parte das crianças, na verdade, usem a “fofura” com muita esperteza como um modo de contornarem as exigências dos adultos, o reforço social deste traço apoia e alarga o desamparo e a dependência o tempo suficiente até que o condicionamento social tome lugar, fazendo com que a servidão se torne um hábito. Nessa altura, a “fofura” começa a ser desencorajada e vista como sendo uma criancice.

Visto que a relação normal entre uma das progenitoras e o seu filho é de pertença e, portanto, de dominação e submissão ao mais íntimo nível, os estratagemas com os quais a criança sobrevive a isto acabam por se tornar nos métodos habituais que ela usa para interagir com o mundo, uma rede de mecanismos de defesa a que Wilhelm Reich se referiu como armadura da personalidade. De fato, este pode ser o aspecto mais horrível da família – o seu condicionamento e as nossas tentativas de nos defendermos contra ele podem deixar-nos marcas para toda a vida.

Na verdade, os medos, as fobias e as defesas em nós induzidas pela autoridade da família tendem a forçar a reprodução da estrutura familiar. Os modos pelos quais os progenitores forçam e ampliam a incapacidade das crianças asseguram que os seus desejos permanecem para lá do seu alcance e sob o controlo das progenitoras – ou seja, da autoridade. Isto acontece mesmo com progenitoras que “mimam” as suas filhos, dado que esse mimar toma, geralmente, a forma de canalização dos desejos da criança para o consumo de mercadorias. Incapazes de realizarem os seus desejos, as crianças aprendem rapidamente a ter expectativas de carência e a lamber botas na esperança de ganharem um pouco daquilo que querem. Deste modo, a ideologia econômica do trabalho e do consumo mercantil é nos enraizada através das relações que nos são forçadas na infância. Quando chegamos à adolescência e os nossos impulsos sexuais se tornam mais focalizados, a carência que nos foi ensinada a esperar faz com que sejamos facilmente conduzidas para concepções economizadas de amor e sexo. Quando iniciamos uma relação, tenderemos a vê-la como uma de pertença, muitas vezes reforçada com algo simbólico. Aqueles que não economizam adequadamente os seus impulsos sexuais são

estigmatizadas, em particular se foram raparigas. Nós agarramo-nos às relações com um desespero que reflete a verdadeira escassez de amor e de prazer neste mundo. E quem foi tão bem ensinado que é incapaz de realizar verdadeiramente os seus desejos aceitam, finalmente, que, se não conseguem possuir, ou até reconhecer realmente, os seus desejos, pelo menos podem definir os limites dos desejos de outra pessoa que, por sua vez, define os limites dos seus. É prudente. É seguro. E é miserável. É o casal, o precursor da família.

Assim, o desesperado medo da escassez de amor reproduz as condições que mantêm esta escassez. A tentativa de explorar e experimentar maneiras de amar que escapam à institucionalização do amor e do desejo no casal, na família, no casamento, corre perpetuamente contra o amor economizado. Isto não deveria ser nenhuma novidade, dado que, com certeza, esta é a forma adequada que o amor deve tomar numa sociedade dominada pela economia. Contudo, a utilidade da família expõe também a sua pobreza. Em sociedades pré-industriais (e, até certo ponto, em sociedades industriais prévias ao surgimento do consumismo), a realidade econômica da família baseava-se largamente na utilidade de cada membro familiar ao desempenhar tarefas essenciais para a sobrevivência da família. Assim, a união da família servia um propósito que se relacionava com necessidades básicas e tendia a ser alargada para lá da família nuclear. Mas, no Ocidente, com o surgimento do consumismo após a 2ª Guerra Mundial, o papel econômico da família mudou. A sua razão de ser era, então, reproduzir consumidores que representavam vários mercados-alvo. Desse modo, a família tornou-se a fábrica que produzia donas-de-casa, adolescentes, crianças da escola, todas elas seres cujas capacidades para realizarem os seus desejos tinham sido destruídas, de modo a que pudessem ser canalizadas para o consumo de mercadorias. A família continua a ser necessária como meio de reprodução destes papéis no seio de seres humanos individuais, mas visto que a própria família já não é o limite definidor do desejo empobrecido, – sendo esse papel hoje desempenhado pela mercadoria – não há uma base real que reste para a coesão familiar. Assim sendo, deparamo-nos com o horror atual da ruptura da família sem a sua destruição. E poucas pessoas são capazes de conceber uma vida completa, envolvendo intimidade e amor, sem ela. Se queremos retomar verdadeiramente as nossas vidas na sua totalidade, se queremos libertar verdadeiramente os nossos desejos das correntes do medo e da

mercadoria, temos de nos esforçar para compreender tudo o que nos acorrentou, e temos de agir para atacar e destruir tudo isso.

Assim, ao atacarmos as instituições que nos tornam escravas, não nos podemos esquecer-nos de atacar aquela fonte mais íntima da nossa escravidão, a família.

PORQUE É QUE TODOS NÓS VIVEMOS NA PRISÃO?

prisão, lei e controle social

Existe um lugar nesta sociedade onde uma pessoa está constantemente sob vigilância, onde cada momento é monitorizado e controlado, onde cada uma é suspeita, à exceção da polícia e dos seus chefes, onde todos se presumem criminosos. Estou a falar, como é óbvio, da prisão...

Mas, a um ritmo cada vez mais rápido, esta descrição está a tornar-se cada vez mais adequada aos espaços públicos. Os centros comerciais e as zonas comerciais das grandes cidades estão sob vigilância vídeo. Guardas armadas patrulham as escolas, as livrarias, os hospitais e os museus.

Somos revistados em aeroportos e estações de autocarros. Helicópteros da polícia sobrevoam as cidades e até as florestas, em busca do crime. A metodologia da prisão, sendo uma das metodologias da polícia, está a ser gradualmente imposta sobre todo o tecido social.

Este processo está a ser imposto através do medo, e as autoridades justificam-no com a nossa necessidade de proteção – de criminosas, de terroristas, das drogas e da violência.

Mas quem são essas criminosas e terroristas, quem são esses monstros que nos ameaçam a todos os momentos das nossas vidas repletas de medo? Uma cuidada ponderação momentânea é suficiente para responder a esta questão. Aos olhos dos líderes deste mundo, nós somos os criminosos e terroristas, nós somos os monstros – potencialmente, pelo menos. Afinal, somos nós que elas estão a policiar e a monitorizar. Somos nós que somos observadas em câmaras de vídeo e revistados em estações de autocarros. Podemos apenas perguntar-nos se é o fato de isto ser tão gritantemente óbvio que o torna invisível às pessoas.

A regra do medo é tal que a ordem social chega a solicitar a nossa ajuda no nosso próprio policiamento. As progenitoras registam as impressões digitais dos seus rebentos em agências policiais relacionadas

com o FBI. Uma companhia baseada na Florida, chamada Applied Digital Solutions (ADS), criou o “Veri-Chip” (também conhecido como “Digital Angel”), que consegue armazenar informação pessoal, médica e outras, e que é feito para ser implantado sob a pele. A ideia da ADS é promover o seu uso voluntário por parte das pessoas, para sua proteção, como é óbvio. É provável que em breve o chip seja ligado à rede do Satélite do Sistema de Posicionamento Global (GPS), de modo a que qualquer pessoa com o implante possa ser constantemente monitorizada*. Além disso, existem dezenas de programas que encorajam o “chibanço” – um elemento também ele reminiscente das prisões, em que as autoridades procuram e recompensam chibos. É claro que as outras presas têm uma atitude bem diferente em relação a esta escumalha. Mas tudo isto é meramente descritivo, é uma imagem da prisão social que está a ser criada em nosso redor. Uma verdadeira compreensão desta situação que possamos usar para combater este processo requer uma análise mais aprofundada.

De fato, a prisão e o policiamento baseiam-se na ideia de que existem crimes, e esta ideia baseia-se na lei. A lei é retratada como uma realidade objetiva pela qual as ações dos cidadãos de um estado podem ser julgadas. A lei, na verdade, gera uma espécie de igualdade. Anatole France expressou isto ironicamente, sublinhando que, à luz da lei, tanto pedintes como reis são proibidos de roubar pão e de dormir por baixo das pontes. Assim, é evidente que, perante a lei, todas nos tornamos iguais, simplesmente porque todos nos tornamos números, não-entidades sem sentimentos, relações, desejos e necessidades individuais. O objetivo da lei é regular a sociedade. A necessidade da regulação da sociedade implica que ela não está a ir ao encontro das necessidades ou a preencher os desejos de todas as pessoas que nela se encontram. Em vez disso, a lei existe como uma imposição, num todo maior, por parte de quem a faz. Como é óbvio, tal situação pode apenas existir onde existe uma desigualdade do tipo mais significativo – a desigualdade de acesso aos meios de criação da nossa vida segundo os nossos termos. Para quem está no topo, este estado de desigualdade social tem o nome dual de propriedade e poder. Para quem está em baixo, o seu nome é pobreza e submissão. A lei é a mentira que transforma esta desigualdade numa igualdade que é útil às líderes desta sociedade.

Numa situação na qual toda a gente tivesse total e igual acesso a tudo o que precisasse para se completar e para criar as suas vidas segundo os

seus próprios termos, iria florescer uma abundância de diferenças individuais. Um vasto ornamento de sonhos e desejos expressar-se-ia criando um aparentemente infinito leque de paixões, amores e ódios, conflitos e afinidades. Esta igualdade, na qual nem a propriedade nem o poder existiriam, iria, deste modo, expressar a bela e assustadora desigualdade não-hierárquica da individualidade.

Pelo contrário, onde houver desigualdade de acesso aos meios de criação das nossas vidas – i.e., onde a grande maioria de pessoa tiver sido espoliada das suas próprias vidas – toda a gente se torna igual, porque toda a gente se torna nada. Isto é verdade mesmo para quem tem propriedade e poder, pois o seu estatuto nesta sociedade não se baseia em quem essa pessoa é, mas no que essa pessoa tem. A propriedade e o poder (que residem sempre num papel e não num indivíduo) são tudo o que tem valor nesta sociedade. A igualdade perante a lei serve as líderes, precisamente porque o seu objetivo é preservar a ordem na qual eles lideram. A igualdade perante a lei disfarça a desigualdade social precisamente por detrás daquilo que a mantém.

Contudo, como é óbvio, a lei não mantém a ordem social somente com palavras. A palavra da lei será insignificante sem a força física que tem por detrás. E essa força física existe nos sistemas de fazer cumprir e de castigo: os sistemas policiais, judiciais e prisionais. A igualdade perante a lei é, na verdade, uma fachada muito frágil que tenta esconder a desigualdade de acesso às condições da existência, aos meios para criarmos as nossas vidas segundo os nossos próprios termos. A realidade irrompe constantemente por esta fachada, e o seu controlo consegue ser mantido apenas pela força e pelo medo. Da perspectiva dos líderes deste mundo, nós somos, de fato, todas criminosas (pelo menos potencialmente), todos monstros que ameaçam o seu tranquilo sono, porque todos nós somos, potencialmente, capazes de ver através do véu da lei e de escolher ignorá-lo e de retomarmos os momentos das nossas vidas sempre que conseguirmos, segundo os nossos termos. Assim, a própria lei (e a ordem social da propriedade e do poder que a requer) torna-nos iguais precisamente ao criminalizar-nos. Portanto, a universalização do aprisionamento e do policiamento é a conclusão lógica da lei e da ordem social que a produz, e anda de mãos dadas com o desenvolvimento do supermercado global.

A esta luz, deveria ser evidente que não serve de nada fazer leis mais justas. Não serve de nada procurar monitorizar a polícia. Não serve de

nada tentar reformar este sistema, pois qualquer reforma irá, inevitavelmente, jogar a favor do sistema, aumentando o número de leis, aumentando o nível de monitorização e de policiamento, tornando o mundo ainda mais semelhante a uma prisão. Existe apenas uma maneira de responder a esta situação, se é que queremos ter as nossas vidas como nossas. Atacar esta sociedade com o objetivo de a destruir.

** Existe um dispositivo tecnológico atualmente em uso generalizado que pode também ajudar a polícia a descobrir onde estamos. Estou a falar do telemóvel. Embora, aparentemente, ele não consiga conduzir a polícia diretamente a uma pessoa, com a tecnologia adequada ela pode descobrir a vizinhança geral de alguém. Isto ajudou a polícia a fazer uma detenção em St. Louis em Novembro passado, por exemplo.*

POSFÁCIO: DESTRUIR A CIVILIZAÇÃO?

Presumo que todas as anarquistas concordem que queremos pôr um fim a toda a instituição, estrutura e sistema de dominação e exploração. A rejeição destas coisas é, afinal de contas, o significado básico do anarquismo. A maioria concordará também que, por entre estas instituições, estruturas e sistemas, estão o estado, a propriedade privada, a religião, a lei, a família patriarcal, a regra de classes...

Num passado recente, alguns anarquistas começaram a falar no que parecem ser termos gerais da necessidade de destruir a civilização. Infelizmente, este debate tem sido majoritariamente acrimonioso, consistindo em insultos, deturpações mútuas e disputas territoriais sobre a propriedade do rótulo “anarquista”, em vez de uma real argumentação. Um dos problemas (embora, provavelmente, não o mais significativo) por detrás desta incapacidade de debater realmente a questão é o fato de que muito poucos indivíduos, de ambos os lados, tentaram explicar precisamente o que entendem por “civilização”. Ao invés, ela permanece um termo pouco nítido que representa tudo o que é mau para um dos lados, e tudo o que é bom para o outro. De modo a desenvolvermos uma definição mais precisa da civilização, é importante analisar quando e onde se diz que a civilização surgiu, e quais as diferenças que de fato existem entre sociedades atualmente definidas como civilizadas e as que não são assim consideradas. Esta análise

mostra-nos que a existência de acasalamento animal, de agricultura, de um modo de vida sedentário, de um refinamento das artes, dos ofícios e das técnicas ou mesmo das formas simples de fusão do metal não é suficiente para definir uma sociedade como civilizada (embora essa existência compreenda a base material necessária ao surgimento da civilização). Pelo contrário, o que surgiu há cerca de dez mil anos no “berço da civilização” e que é partilhado por todas as sociedades civilizadas, mas que falta em todas aquelas que são definidas como “não-civilizadas”, é um rede de instituições, estruturas e sistemas que impõem relações sociais de dominação e exploração. Por outras palavras, uma sociedade civilizada é uma que alberga o estado, a propriedade, a religião (ou, nas sociedades modernas, a ideologia), a lei, a família patriarcal, a troca mercantil, a regras de classes – tudo aquilo a que nós, como anarquistas, nos opomos.

Posto de outra maneira, o que todas as sociedades civilizadas têm em comum é a expropriação sistemática das vidas de quem nelas vive. A crítica da domesticação (com todas as armadilhas morais removidas) oferece uma ferramenta útil para percebermos isto. O que é a domesticação, se não a expropriação da vida de um ser por parte de outro, que depois explora essa vida para si ou para os seus próprios propósitos? A civilização é, portanto, a domesticação sistemática e institucionalizada da grande maioria de pessoas numa sociedade pelas poucas que são servidas pela rede de dominação.

Assim, o processo revolucionário de reapropriação das nossas vidas é um processo de nos descivilizarmos, de deitarmos fora a nossa domesticação. Isto não significa tornarmo-nos escravas passivas dos nossos instintos (se é que isso existe) ou de nos dissolvermos na alegada unicidade da Natureza. Significa tornarmo-nos indivíduos incontroláveis, capazes de tomarmos e levarmos a cabo as decisões que afetam as nossas vidas em livre associação com outros indivíduos.

Posto isto, deveria ser óbvio que rejeito quaisquer modelos para um mundo ideal (e que desconfio de qualquer visão que seja demasiado perfeita – suspeito que, aí, o indivíduo tenha desaparecido). Dado que a essência de uma luta revolucionária de acordo com os ideais anarquistas é a reapropriação da vida por parte de indivíduos que foram exploradas, espoliadas e dominadas, seria no processo desta luta que as pessoas iriam decidir como querem criar as suas vidas, o que é que neste mundo elas sentem que podem apropriar para aumentar a sua liberdade, abrir

possibilidades e acrescentar para sua divertimento, e o que seria somente um fardo, que rouba o prazer da vida e que mina possibilidades de expansão da liberdade. Não vejo como um processo destes poderia alguma vez criar um modelo social único e universal. Pelo contrário, inúmeras experiências, variando drasticamente de lugar para lugar e mudando ao longo do tempo, iriam refletir as necessidades, desejos, sonhos e aspirações singulares de cada e qualquer indivíduo.

Portanto, de fato, vamos destruir a civilização, esta rede de dominação, mas não em nome de um modelo, de uma ascética moralidade do sacrifício ou de uma mística desintegração numa unicidade supostamente não-alienada com a Natureza, mas antes porque a reapropriação das nossas vidas, a recriação coletiva de nós próprias como indivíduos incontrolláveis e únicas é a destruição da civilização – desta rede de dominação com dez mil anos que se espalhou por todo o globo – e o início de uma maravilhosa e assustadora viagem até ao desconhecido que é a liberdade.

Título original:

The network of domination: anarchist analysis of the institutions, structures and systems of domination and exploitation to be debated, developed and acted upon, de Wolfi Landstreicher.

Publicado por Venomous Butterfly Publications.

Tradução e edição: raividições, em 2007.

Textos já publicados:

- [anônimo], *Questões de organização. 31 teses insurrecionalistas.*
 - Alfredo M. Bonanno, *A tensão anarquista.*
 - Alfredo M. Bonanno, *O prazer armado.*
 - Bob Black, *A abolição do trabalho.*
- Sasha K., *O ato insurrecional e a auto-organização da luta.*
- Wolfi Landstreicher, *Auto-organização autônoma e intervenção anarquista: uma tensão na prática.*
- Wolfi Landstreicher, *Da política à vida - livrando a anarquia do fardo esquerdista.*

raividições
www.bloxster.net/raividita
raividita@yahoo.com